



## COMÉRCIO E PODER NA CIDADE DE SÃO PAULO SETECENTISTA

Maria Aparecida de Menezes Borrego  
Doutora em História Social – FFLCH-USP

**Resumo:** Este texto aborda a atuação dos agentes mercantis na cidade de São Paulo no período compreendido entre 1711 e 1765. Figuras centrais para o abastecimento da população, para a articulação da urbe com outras regiões coloniais e com a metrópole, e para a concorrência com a elite agrária nas posições de mando, eles são uma chave para o entendimento da dinâmica sócio-econômica de Piratininga setecentista. Primeiramente, serão apresentados os ramos de negócios a que se dedicavam, as mercadorias envolvidas nas transações comerciais, os espaços por onde circulavam homens e cargas, as atividades que propiciaram o acúmulo de fortunas. Como, no mundo colonial, riqueza e prestígio eram requisitos necessários para a promoção e a hierarquização de homens e valores, num segundo momento, será analisada a participação dos comerciantes em instituições de poder local.

**Palavras-chave:** comércio, poder, São Paulo colonial.

**Abstract:** This text deals with the activities of merchants in the city of São Paulo between 1711 and 1765. Central characters in the provision of goods to the population, in the connections between the city and other regions of the colony and Portugal, and in the competition with rural elites for ruling positions, they have a key role in the understanding of 18<sup>th</sup> Century Piratininga's social-economic dynamics. Firstly, the text focuses on the business activities to which merchants were devoted, on the goods that were traded, on the places where these people and goods circulated and on the most profitable businesses they were involved in. As in colonial society wealth and prestige were necessary conditions for men and values to ascend and to be hierarchically positioned, this text, in a second moment, sheds light on the participation of merchants in local power institutions.

**Keywords:** trade, power, colonial São Paulo.

Em 23 de dezembro de 1766, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, escreveu uma longa carta ao Conde de Oeiras, com vistas a informá-lo sobre o estado da capitania de São Paulo recém restaurada. Sua atenção recaía sobre o mau método da lavoura baseado no uso de roças de mato virgem<sup>1</sup>.

De acordo com suas observações, as práticas empregadas no cultivo do solo eram as principais responsáveis pela falta de religião, de sociedade e de aplicação da justiça aos povos. Embrenhados nas matas em busca da terra virgem, os homens distanciavam-se cada vez mais dos princípios da doutrina católica; viviam dispersos e isolados apenas em companhia de suas famílias e, apartados da fé, do convívio social e da lei, estavam sujeitos a agir como feras.

Entretanto, antes de expor as soluções para o grave problema que pairava sobre a capitania, Morgado de Mateus fez a seguinte ressalva:

“Eu falo da maior parte do Povo desta Capitania que vive assim por este modo, não falo daqueles filhos do Reino que têm casas de negócio, fazendas, ou lavras estabelecidas, nem daqueles fidalgos Paulistas que se conservam com seu modo de vida (...), ou a maior parte do tempo em povoado, pois é certo que eles têm toda a civilidade que se requer”<sup>2</sup>.

A presença dos agentes mercantis na cidade também foi flagrada por Manuel Cardoso de Abreu que, entre os anos de 1765 e 1773, passara por várias vilas da capitania durante suas viagens

---

1 “Considerações sobre os costumes e lavoura de S. Paulo”, Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo: Typographia Aurora, 1896 (Vol.XXIII: Correspondência do Capitão-General Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, 1766-1768).

2 Idem, pp.2-3.



a Cuiabá<sup>3</sup>. Ao descrever a cidade de São Paulo, o autor do *Divertimento Admirável* teceu breves comentários sobre o clima, o relevo, as principais ruas, as habitações, os templos e as estradas que partiam da capital. A respeito das atividades econômicas desenvolvidas em solo piratiningano, Abreu observou:

“Os habitantes da cidade vivem de várias negociações: uns se limitam a negócio mercantil, indo à cidade do Rio de Janeiro buscar as fazendas para nela venderem; outros da extravagância dos seus ofícios; outros vão a Viamão buscar tropas de animais cavалares ou vacuns para venderem, não só aos moradores da mesma cidade e seu continente como também aos andantes de Minas Gerais, e exercitam o mesmo negócio vindo comprar os animais em São Paulo para os ir vender a Minas, e outros, finalmente, compram alguns efeitos da mesma capitania, como são panos de algodão e açúcar, e vão vender às Minas, labutando nesta forma todos naquilo a que se aplicam”<sup>4</sup>.

Como se vê, os dois trechos transcritos destacam a existência do comércio na cidade de São Paulo em meados do século XVIII. Enquanto Morgado de Mateus informa que as casas comerciais eram dirigidas por reinóis, os quais viviam conforme as leis de Deus e de Sua Majestade, Manuel Cardoso de Abreu revela a variedade de negócios realizados pelos habitantes, articulando a urbe a outras regiões coloniais, por meio do comércio de mercadorias, animais e gêneros agrícolas.

Embora os documentos evidenciem a presença mercantil na capital, a temática do comércio e dos comerciantes foi negligenciada pelos estudiosos que se debruçaram sobre a economia e a sociedade paulistas no período de 1711 a 1765. A pobreza e a decadência da capitania no século XVIII, o despovoamento da região em virtude dos descobertos auríferos em Minas Gerais, Cuiabá e Goiás, a imagem de Piratininga vazia e solitária prevaleceram, durante décadas, na produção historiográfica<sup>5</sup>.

Renovadas pesquisas têm se esforçado para desfazer essa imagem e o quadro que está se esboçando aponta para uma cidade dinâmica e em expansão, animada pelo comércio<sup>6</sup>. Atraídos pelos negócios decorrentes das descobertas auríferas em Minas Gerais, Cuiabá e Goiás, muitos reinóis deixaram a terra natal e vieram se estabelecer na cidade de São Paulo, dedicando-se às atividades mercantis<sup>7</sup>.

---

3 De acordo com Ernani da Silva Bruno, é provável que tenha nascido entre as décadas de 1740 e 1750 em Porto Feliz e, desde cedo, se dedicara à navegação fluvial em direção àquelas minas e ao comércio de tropas trazidas do sul da colônia para as feiras de Sorocaba, In Marcelino Pereira Cleto et alii, *Roteiros e notícia de São Paulo colonial (1751-1804)*, Introdução e notas de Ernani da Silva Bruno, São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 55.

4 Manuel Cardoso de Abreu, “Divertimento admirável para historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso. Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Senhor Martinho de Mello e Castro, do Conselho de Sua Magestade e Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos” (1783), *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, São Paulo: Diário Oficial, 1902, v. VI, pp. 285-286.

5 Paulo Prado, *Paulística etc.*, 4ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004; Caio Prado Júnior, “O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo”, in Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1975; Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937; Affonso de E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, São Paulo: Imprensa Oficial, 1923; Ernani da Silva Bruno, *Viagem ao País dos Paulistas*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1966; Alice P. Canabrava, “Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67”, *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 26 (4), out./dez. 1972.

6 Maria Luiza Marcílio, *A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850*, São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973; John Manuel Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994; Muriel Nazzari, *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001; Ilana Blaj, *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*, São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002.

7 As análises apresentadas a seguir sobre os agentes mercantis atuantes na cidade de São Paulo setecentista são frutos da pesquisa de doutorado e encontram-se ao longo da tese de minha autoria intitulada *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

Ainda adolescentes, os futuros comerciantes saíam das longínquas freguesias de Portugal, em especial, da região do Minho, em direção a Lisboa ou à cidade do Porto para realizar a longa travessia marítima. Ao desembarcarem no porto do Rio de Janeiro, por vezes, o destino imediato não era a capital paulista. Alguns permaneciam, durante um tempo, na cidade fluminense, enquanto outros percorriam as vilas da região centro-sul da colônia, onde eram introduzidos na carreira mercantil, conduzindo tropas, fazendo cobranças e vendendo mercadorias. Nessas paragens, travavam contato com contrerrôneos que, mais tarde, viriam a ser seus colegas em solo paulistano<sup>8</sup>.

Para o início da vida na cidade de São Paulo, os agentes mercantis podiam contar com o acolhimento de parentes que já haviam realizado semelhante trajetória. Tios, irmãos e primos, temporariamente, apartados pela distância, voltavam a se encontrar no outro lado do Atlântico. Quando não eram os familiares que recepcionavam os adventícios, muitas vezes, tal tarefa cabia aos comerciantes já radicados que os empregavam como caixeiros. Uma vez estabelecidos, passavam a abrir suas próprias lojas de fazenda seca.

Embora variassem de tamanho, as lojas tinham como traço comum o sortimento de mercadorias. Os tecidos eram os mais variados e chegavam à colônia, via metrópole, provenientes da Inglaterra, França e Holanda. Ao lado das fazendas, estavam disponíveis roupas dos vestuários feminino e masculino, calçados, jóias, peças de roupa, materiais de higiene. Comercializavam-se também utensílios domésticos para cozinhar, limpar e para o serviço de mesa; objetos de uso pessoal, escritório, trabalho manual; peças de mobiliário, decoração e culto; livros, instrumentos musicais e afins. Ainda havia apetrechos de trabalho para oficiais mecânicos, equipamentos de transporte e acessórios, armas e munições. Mas não só fazenda seca era vendida, pois os consumidores podiam se abastecer de molhados - temperos, bebidas e substâncias manipuladas<sup>9</sup>.

Os estoques denunciavam que muitos artigos eram estrangeiros. Como não há registros nas fontes de que os mercadores residentes em São Paulo fossem responsáveis pela importação direta de produtos do reino, certamente os adquiriam de outros negociantes estabelecidos no Rio de Janeiro ou em Santos. De fato, na documentação camarária e nos processos de casamento, é comum a menção às viagens realizadas pelos comerciantes no tempo das frotas para a realização de negócios. Em geral, os comboios partiam do reino em janeiro e regressavam do Rio de Janeiro em junho.

As casas comerciais e os negócios empreendidos trouxeram nova vida à urbe. Se, nos séculos anteriores, os moradores residiam, em geral, nos arredores e só se dirigiam à cidade quando tinham questões a resolver<sup>10</sup>, os portugueses dedicados ao comércio adotaram comportamento diverso. Preferindo fixar moradia e instalar lojas no centro da capital, eles alteraram a paisagem física e humana da cidade ao longo do século XVIII, não mais encarada como apêndice do campo,

---

8 A maioria dos dados referentes às origens geográficas dos comerciantes, às relações parentais entre eles, ao início da vida em São Paulo e ao comércio com outras regiões foi retirada de um tipo documental que se revelou extremamente rico para a construção de percursos sociais: as dispensas e os processos matrimoniais guardados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP).

9 Os dados foram retirados dos Inventários do 1º ofício e dos Inventários e Testamentos não publicados guardados no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Como as mercadorias eram arroladas sem obedecer a uma ordem precisa e nem sempre eram agrupadas de acordo com características comuns, recorri às inestimáveis fichas sobre os Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira, agora disponibilizadas na Internet no site do Museu da Casa Brasileira ([www.mcb.sp.gov.br](http://www.mcb.sp.gov.br)), na tentativa de organizá-las e classificá-las.

10 De acordo com Alcântara Machado, nos dois séculos iniciais de colonização, a exploração da terra era a única profissão capaz de trazer riqueza e ascendência, daí a supremacia incontestada do meio rural sobre o urbano. A análise de 450 inventários referentes a este período lhe forneceu subsídios para descrever os padrões construtivos, os elementos arquitetônicos e o mobiliário das casas da roça ou do sítio como superiores aos da casa da vila, cuja finalidade era servir de pouso aos proprietários fazendeiros que lá descansavam alguns dias, enquanto realizavam um ou outro negócio e participavam das festas religiosas. Comparando as residências rurais e urbanas, o autor assinalou que “a outra, a da vila, de proporções modestas é apenas um teto destinado a abrigar o dono durante alguns dias ou semanas, e que, tirante essas ocasiões, permanece deserta e silenciosa, a entristecer o povoado”. Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p.61.

mas sim como espaço privilegiado para a realização das atividades econômicas, favorável à ascensão social e ao enriquecimento de seus habitantes.

A construção ou reforma de edifícios administrativos e templos religiosos indicam que a cidade não estava estagnada na primeira metade dos setecentos, mas antes buscava se adaptar à nova realidade mercantil que se esboçava e seria acentuada no período posterior<sup>11</sup>. De acordo com as estimativas demográficas, a população da capitania paulista sofreu um crescimento superior a 400%, entre os anos de 1690 e 1777, e a capital já contava mais de 20 mil habitantes, em 1765, correspondendo a 26% do conjunto do território<sup>12</sup>.

Da cidade, os comerciantes comandavam os negócios. Nos arredores, possuíam sítios e chácaras, onde plantavam e criavam gado. As terras lavradas comportavam lavouras de cana, milho, mandioca e feijão. As raras moendas e alambiques produziam aguardente e garapa de rapadura, porém o mais comum era a existência de roda e prensa de ralar mandioca. Devido aos pequenos investimentos empregados nas propriedades rurais e à limitada produção agropecuária desenvolvida, tudo leva a crer que fosse destinada, no mais das vezes, à própria subsistência.

Ademais, firmavam sociedades em lojas de fazenda seca em outras localidades; viviam das rendas provenientes da locação de imóveis e estavam envolvidos com os contratos relativos ao abastecimento alimentar da população. Algumas vezes, responsabilizavam-se pelo fornecimento de carne e bebidas, mas outras tantas, atuavam como atravessadores, inflacionando os preços dos alimentos.

Disponham de escravos à frente das vendas e das quitandas; nas ruas, padeiras e negras de tabuleiro circulavam oferecendo pães e quitutes à população; negros de ganho desempenhavam os mais variados ofícios, como barbeiros, alfaiates, sapateiros, ferreiros. No entanto, não era somente dos serviços prestados que os senhores auferiam lucros, já que se dedicavam ao comércio de cativos na capital e nas áreas mineradoras.

Para as minas de Cuiabá e Goiás também realizavam viagens curtas de “ida pela vinda”, como se dizia na época, a fim de abastecê-las com numerosos produtos. Os mais afortunados, por sua vez, contavam com caixeiros ou pequenos mercadores, acompanhados por escravos, que levavam as cargas ao interior da colônia<sup>13</sup>.

Para o controle dos negócios, dispunham de livros em que registravam as entradas de fazendas, o balanço das lojas, os créditos e débitos. Tanto os consumidores que compravam fiado como aqueles que tomavam emprestado dinheiro a juros, constantes dos instrumentos contábeis, indicam que os comerciantes eram os principais fornecedores de crédito na sociedade paulistana e nas regiões de seus raios de ação.

Dada a mobilidade espacial dos agentes mercantis e de seus correspondentes, que transitavam com produtos, moedas e ouro por vilas próximas e distantes da capital, os negócios e as cobranças se estendiam a locais longínquos, articulando a cidade de São Paulo às áreas do centro-

---

11 Para maiores informações sobre as construções e reformas realizadas na cidade de São Paulo durante a primeira metade do século XVIII, ver Ernani da Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, v.1: Arraial de Sertanistas (1554-1828), São Paulo: Hucitec, 1991; Carlos Lemos, “Organização urbana e arquitetura em São Paulo nos tempos coloniais”, in Paula Porta Fernandes (org), *História da Cidade de São Paulo*, v.1: A cidade colonial, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

12 Maria Luiza Marcílio, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*, São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p.191.

13 A descrição da carga enviada da cidade de São Paulo às minas de Goiás ou Paracatu pelo doutor José Nunes Garces e por João Moreira Guerreiros e conduzida pelo vendeiro Manuel de Pinho, em 1745, tem valor inestimável para que se conheçam as mercadorias que compunham as cargas: 38 barris de aguardente, 20 cargas de farinha, 11 cargas de açúcar, 20 frascas, 36 cargas de fumo, 17 barris de vinho, 62 buacas de sal, 8 cargas de ferro, 2 cargas de aço, 3 cargas de foice, 2 cargas de enxadas, 2 cargas de almocafres, 1 carga de ferradura, 1 carga de cravo, 1 carga de sabão, 8 cargas de vinagre, 8 cargas de azeite, 58 mulas, 2 cavalos. AESP – 2º Cartório de Notas da Capital (1742-1935) – livro 2 – E13419 – fls.129-130v.

sul da colônia e à própria metrópole. Por meio das práticas comerciais e usurárias, assiste-se ao movimento e não à solidão, à integração da capital com outras regiões e não ao seu isolamento.

Se a diversificação de atividades e ganhos favorecia o acúmulo de fortunas, por si só, esta última não garantia a mobilidade e o destaque sociais almejados. Tais pretensões poderiam se concretizar caso houvesse a conquista de bens simbólicos de prestígio, pois, no mundo colonial, tal como no Antigo Regime europeu, riqueza e honra eram os requisitos necessários para a hierarquização de homens e valores.

A ocupação de cargos em espaços de poder e distinção social – redutos controlados pela elite senhorial – configurou-se, portanto, como uma estratégia utilizada pelo setor mercantil para o reconhecimento entre os colonos. A Câmara Municipal, a Santa Casa de Misericórdia, as Irmandades e as Companhias de Ordenanças foram, então, os alvos dos homens de comércio em São Paulo setecentista e os dados compulsados revelam a disputa dos reinóis com a elite agrária pelas posições de mando desde o início do século XVIII e, mais enfaticamente, a partir dos anos 1730.

Investigar a inserção dos comerciantes nos referidos órgãos de poder não foi tarefa fácil, uma vez que seus nomes não vinham acompanhados pelas respectivas ocupações quando da eleição para os mais diversos ofícios. O relato dos métodos empregados para o cruzamento de informações, por meio da montagem de um banco de dados, é fundamental para que se possa entender o desenrolar da pesquisa.

O ponto de partida foi a leitura da documentação produzida pela Câmara Municipal de São Paulo - as Atas e o Registro Geral - ao longo do período em tela. Foram anotados os nomes de todas as pessoas flagradas pelas penas dos escrivães, independente de estarem ligadas aos negócios, e as principais informações referentes a elas. A associação entre os sujeitos e a lide comercial começou a se esboçar quando mercadores apresentavam fiadores para abrir loja de fazenda seca; comerciantes eram autuados pelos almotacés durante as correições; testemunhas e/ou réus de denúncias apresentavam-se ao concelho; agentes mercantis eram convocados para a contribuição de despesas em momentos festivos. Seus nomes, cruzados com os dos ocupantes dos cargos camarários, geraram assim um incipiente universo de agentes mercantis.

A partir deste primeiro conjunto, o banco de dados passou a ser alimentado com os nomes dos provedores da Misericórdia, dos irmãos da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco e da Irmandade do Santíssimo Sacramento, dos juizes e escrivães do juizado de órfãos, e dos oficiais das companhias de ordenanças. Porém, foi necessário lançar mão de outras fontes documentais que trouxessem mais dados acerca das atividades econômicas desempenhadas pelos sujeitos.

Na listagem do donativo real de 1730, por exemplo, é recorrente a menção aos contribuintes com suas “lojas de mercador” ou “vendas”, assim como há referência às ocupações de alguns habitantes arrolados no censo de 1765. Os testamentos, os inventários *post mortem*, os autos cíveis e crimes, as procurações e escrituras, por sua vez, guardam nomes de sócios, compadres, parentes, credores e devedores atrelados ao trato mercantil. Para a composição do grupo de pesquisa, também foram essenciais os postulantes e as testemunhas constantes dos processos de habilitação do Santo Ofício e da Ordem de Cristo e das dispensas e processos matrimoniais, registrados como mercadores, homens de negócio, vendedores, taverneiros, caixeiros e aqueles que viviam de seus negócios ou agências<sup>14</sup>.

---

14 Optei por selecionar as atividades mercantis pelas quais os agentes se identificavam e eram reconhecidos pelos coevos. Nas fontes compulsadas, por exemplo, não há utilização do termo tropeiro, embora haja depoimentos sobre sujeitos que conheceram outros conduzindo tropas. O próprio termo “comerciante” inexistiu nos documentos, o que não é exclusivo da realidade paulistana. Em conversa com o Prof. Jorge Miguel Pedreira – co-orientador desta pesquisa quando de minha estadia em Portugal -, ele afirmou não encontrar o vocábulo nos documentos pesquisados para o contexto português, mas utilizá-lo para expressar de forma genérica o sujeito ligado a atividades mercantis, procedimento também adotado nesta pesquisa.

Foram os sujeitos associados a tais categorias de atividade mercantil os selecionados para a investigação nos órgãos de poder. Entretanto, é importante salientar que a restrição a estes “tipos” não comprometeu o conhecimento sobre as múltiplas formas de comércio existentes em São Paulo colonial. Isto porque a diversificação dos negócios e a baixa especialização eram características do comerciante ativo na área paulistana. Uma vez realizados os infindáveis cruzamentos, chegou-se ao universo de 100 agentes mercantis que tiveram inserção nos órgãos locais citados, entre 1711 e 1765<sup>15</sup>.

Em geral, os comerciantes começaram o percurso nos órgãos locais pelas irmandades, associações leigas de ajuda mútua, responsáveis por assuntos religiosos. Os irmãos professos faziam contribuições destinadas à construção de templos, à organização de cultos e procissões. Buscavam, em troca das caridades e boas ações, alcançar o reconhecimento como bons cristãos, merecedores da salvação eterna<sup>16</sup>. Desta forma, o universo católico justapunha-se à ordem social, representando referências de distinção entre os colonos.

Na cidade de São Paulo setecentista, até 1765, quase metade do quadro da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco foi preenchida por comerciantes e, na Irmandade do Santíssimo Sacramento, sua participação chegou a dois terços<sup>17</sup>. Os números mostram, portanto, que essas instituições eram os canais de mais fácil acesso para a conquista de outros espaços de prestígio social, entre os quais, a Câmara Municipal.

Como representante do Estado português e da administração colonial, a câmara assumia o papel de agente organizador de assuntos municipais; como representante dos interesses dos habitantes, atuava como porta-voz das queixas e súplicas da população, constituindo-se como um espaço privilegiado de diálogo e negociação com a Coroa. Os camaristas gozavam de imunidades judiciais, correspondiam-se diretamente com o rei, além de receberem propinas quando participavam de cerimônias religiosas<sup>18</sup>.

No contexto paulistano, a Câmara foi a instituição de mais difícil acesso aos comerciantes em virtude da Concordata de 1655, assinada pelo conde de Atouguia, que praticamente dividia os postos camarários entre as famílias Pires e Camargo ou a seus apaniguados<sup>19</sup>. Pouco mais de 10% dos cargos de almotacé, procurador, vereador, escrivão e juiz ordinário foi ocupado pelos homens dedicados à lide mercantil<sup>20</sup>. Embora restrita, sua participação indica que a seleção dos candidatos

---

15 As balizas cronológicas estabelecidas referem-se a dois momentos em que a cidade foi alvo de mudanças político-administrativas. O ano de 1711 corresponde ao momento de elevação da vila à condição de cidade e o de 1765 ao retorno ao posto de capital, quando a capitania foi separada do Rio de Janeiro e teve sua autonomia restaurada.

16 Charles Boxer, “Conselheiros municipais e irmãos de caridade”, in Charles Boxer, *O Império Marítimo Português (1415-1828)*, Lisboa: Edições 70, 1994.

17 A listagem dos irmãos da ordem franciscana que ocuparam os cargos de ministro, vice-ministro, secretário e síndico encontra-se em Adalberto Ortmann, *História da Antiga Capela da ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/DPAHN, 1951. A listagem dos irmãos da Irmandade do Santíssimo que desempenharam os ofícios de provedor, procurador, tesoureiro e escrivão encontra-se em ACMSP – Livro das eleições e dos inventários da fábrica da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1731-1785).

18 Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, como os camaristas não podiam ser “metidos a tormentos por nenhuns malefícios que tenham feito”, nem presos por nenhum crime, “somente por suas menagens”, tais privilégios os equiparavam aos fidalgos do reino. Maria Beatriz Nizza da Silva, *Ser nobre na colônia*, São Paulo: Ed. Unesp, 2005, p. 141.

19 De acordo com Affonso de Taunay, o conteúdo do alvará estabelecia que deveriam ser escolhidos “um juiz e dois vereadores da família dos Pires e outro juiz e um vereador da família dos Camargos, e no seguinte fossem desta o juiz e dois vereadores, e da outra o outro juiz, vereador e procurador, e havendo pessoas capazes de servir os mesmos cargos de outras famílias se metessem três somente em cada eleição, ou triênio, para vereadores e três para procuradores”. Affonso de E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1711-1720)*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1931, t.1, pp. 48-49.

20 A listagem dos camaristas que ocuparam os referidos postos no órgão concelhio encontra-se nos volumes VIII a XV de Actas da Câmara Municipal de S. Paulo.

não se achava integralmente restrita aos proprietários rurais. Pelo contrário, ao longo do século XVIII, a entrada de agentes mercantis foi tamanha, que chegaram a prevalecer na instituição no período posterior a 1765<sup>21</sup>.

Assim como a câmara, a Misericórdia era considerada um espaço de distinção e hierarquização entre os colonos. Seus membros deviam ser tementes a Deus, humildes e caridosos. De modo geral, seus deveres correspondiam a ações caritativas – alimentar e vestir os necessitados, visitar os encarcerados e os enfermos, enterrar os mortos. As misericórdias costumavam manter um hospital e, muitas vezes, emprestavam dinheiro a juros<sup>22</sup>.

O aspirante ao cargo de provedor, o mais alto da irmandade, devia ser homem abonado e senhor de proeminência social e política, o que lhe facilitava angariar fundos junto à comunidade para as necessidades da instituição. Ao que tudo indica, os reinóis atendiam a tais requisitos, haja vista que, durante os setecentos até a chegada do Morgado de Mateus, cerca de 35% dos provedores da misericórdia eram comerciantes. Na verdade, eles praticamente dominaram a instituição a partir da década de 1740 até o final do período estudado<sup>23</sup>.

A investigação dos nomes dos agentes mercantis entre os participantes dos órgãos de poder local indicou, portanto, que, embora a maioria dos ofícios dos espaços de prestígio social estivesse dominada pelos senhores de terra, havia brechas para o ingresso de um seletivo grupo de comerciantes que circulava por todos eles.

A correspondência entre as fortunas amealhadas no comércio e a ocupação de cargos nos órgãos locais pode ser atestada pelo percurso trilhado pelo homem de negócio José Rodrigues Pereira que, segundo dados do primeiro censo realizado em 1765, era o mais abastado morador da freguesia da Cidade de São Paulo – que compreendia a Sé, Santana e Nossa Senhora do Ó, Caguaçu e São Miguel<sup>24</sup>.

O minhoto saíra ainda adolescente da freguesia de São Martinho, vila de Ruivais, para a cidade do Porto, de onde deixou o reino. Na colônia, vivera no Rio de Janeiro e em Goiás durante 25 anos, antes de se fixar em São Paulo<sup>25</sup>, onde residia no lugar mais prestigiado da cidade – os “Quatro Cantos” –, no cruzamento da rua Direita com a São Bento. Além da moradia no coração da urbe, era proprietário de dois sítios nos arredores, onde criava gado e tinha roças. Era ainda possuidor de duas lojas de fazenda seca na capital e uma em Mogi das Cruzes e enviava carregações para as regiões mineradoras<sup>26</sup>.

A partir do estreitamento de laços parentais numa família de comerciantes, Pereira começou a circular pelos órgãos de poder e prestígio social<sup>27</sup>. Na década de 1740, já o encontramos como tesoureiro do dinheiro do Santíssimo Sacramento e como almotacé na Câmara Municipal. Nas duas

---

21 Kátia Maria Abud, *Autoridade e riqueza: contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*, São Paulo, FFLCH-USP, 1978 (dissertação de mestrado).

22 Sobre a atuação da Misericórdia baiana como fornecedora de crédito, ver os trabalhos de Rae Flory, *Bahian society in the colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants and artisans of Salvador and the Reconcavo, 1680-1725*, Austin: University of Texas, 1978. Sobre os papéis desempenhados por esta instituição e pelo juizado de órfãos no mercado de crédito fluminense, ver Antônio Carlos Jucá de Sampaio, “O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750)”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.29, 2002, pp. 29-49.

23 A listagem dos provedores da Misericórdia encontra-se em Laima Mesgravis, *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1599(?)–1884: contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976; e em Glauco Carneiro, *O poder da Misericórdia – A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*, São Paulo: s.e., 1986, v.1.

24 *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, São Paulo: Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, 1937, v.LXII (Recenseamentos 1765-1767).

25 ACMSp – Dispensas e processos matrimoniais – 4-29-174.

26 AESP – Inventários 1º ofício – ord.686 – cx.74; Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT) – Habilitações da Ordem de Cristo – letra J – m.24 – n.2

27 Em 1745, José Rodrigues Pereira casou-se com Ana de Oliveira Montes, enteada de seu primo Tomé Rabelo Pinto.

instituições chegou a desempenhar os mais altos cargos de juiz ordinário e de provedor da irmandade, exercendo também o ofício de ministro da Ordem Terceira de São Francisco. Mas não só. Pereira também se tornou cavaleiro professo da Ordem de Cristo em 1763.

A mercê de cavaleiro indica que, além das estratégias adotadas para obtenção do reconhecimento social local - por meio da participação em órgãos de poder -, o grupo mercantil projetava suas pretensões por prestígio para o âmbito do Império Português. Assim como os negociantes do reino, os comerciantes residentes em São Paulo buscavam por meio da distinção de cavaleiros colocar-se no lado positivo das fronteiras, tão marcantes e caras à sociedade lusitana, que separavam cristãos velhos e cristãos novos, nobres e mecânicos<sup>28</sup>.

Ainda que o número seja bastante reduzido, oito agentes mercantis atuantes em São Paulo setecentista foram localizados entre os agraciados com a insígnia de cavaleiros<sup>29</sup>. Entretanto, a conquista da mercê não foi fácil, nem gratuita. Isto porque, no decorrer das provanças, todos sofreram impedimentos, fosse pela idade avançada, pela falta de qualidade ou de notícias dos antepassados ou ainda pelo defeito mecânico no início da vida que maculava suas trajetórias pessoais.

Embora tivessem enfrentado dificuldades nos processos de habilitação, todos foram dispensados dos impedimentos mediante o pagamento de donativos para socorro dos soldados na Índia e/ou para o sustento e obras do colégio dos meninos órfãos de Lisboa. Segundo Fernanda Olival, entre 1720 e 1777, 39% dos candidatos foram dispensados das “mecânicas”, 5,5% por serem maiores de 50 anos e 3,3% por falta de notícias. Do rigor dos deputados só não escapavam os cristãos novos, para os quais não houve uma dispensa sequer no período<sup>30</sup>.

Os argumentos para a dispensa evocados pelos postulantes e pelas testemunhas recaíam sobre os serviços prestados à Coroa, a participação nos órgãos de poder local e o abandono do exercício sujo da mercancia em favor de uma vida de trato nobre e de comércio de grosso trato. Além disso, todos ocupavam postos nas Companhias de Ordenanças e alguns haviam levado arrobas de ouro às casas de fundição, requisitos necessários aos colonos pretendentes à mercê, durante o século XVIII<sup>31</sup>.

Os grandes esforços e os avultados gastos despendidos para se tornarem cavaleiros em comparação com as módicas tenças anuais recebidas evidenciam a estratégia da busca à mercê como sinal de distinção e acúmulo de capital simbólico, não só na dimensão imperial como também na local.

Isto porque, a cruz de Cristo era exibida em festividades e cerimônias públicas, nas quais os comerciantes procuravam participar em posição de destaque. Mas não só. Mesmo mortos, os agentes mercantis queriam ser lembrados como cavaleiros, tanto que o mencionado José Rodrigues Pereira declarou em seu testamento, aberto em 1771, que “meu corpo em qualquer parte que falecer será amortalhado no hábito de meu Padre São Francisco, levando por cima o hábito de minha Ordem de Cristo, de que também sou professo e será sepultado na capela da minha venerável Ordem Terceira da Penitência”<sup>32</sup>.

---

28 A idéia das fronteiras me foi sugerida por Jorge M. Pedreira, “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”, *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2 e 3).

29 Eram eles: André Álvares de Castro, Francisco Pereira Mendes, Francisco Xavier dos Santos, José Rodrigues Pereira, José da Silva Ferrão, Manuel de Oliveira Cardoso, Manuel Veloso, Matias Álvares Vieira de Castro.

30 Cf. Curso de Extensão Mobilidade social no Portugal Moderno e no Império Português (séculos XVI-XVIII), ministrado pela Profa. Dra. Fernanda Olival, da Universidade de Évora, promovido pela Cátedra Jaime Cortesão, nos dias 21, 22, 23 de setembro de 2005, realizado no Departamento de História – FFLCH/USP.

31 Sobre a recolha do ouro nas casas de fundição e os pedidos de hábito de Cristo, ver Fernanda Olival, “Mercado de hábitos e serviços em Portugal”, *Análise Social*, v. XXXVIII (168), 2003; Maria Beatriz Nizza da Silva, op.cit.

32 AESP – Inventários 1º ofício – ord.686 – cx.74.



Neste caso, morria um comerciante de grossos cabedais, mas também um homem da governança, um irmão de agremiações religiosas, um oficial de ordenanças, um cavaleiro da Ordem de Cristo. Tal como ele, tantos outros reinóis, residentes em solo piratiningano, conjugaram nas suas trajetórias negócios e poder, fortuna e prestígio. Homens que chegaram jovens à colônia; percorreram várias localidades do interior; escolheram a capital paulista para desenvolvimento de seus negócios; tiveram destaque sócio-político e contribuíram decisivamente para o dinamismo da cidade de São Paulo no século XVIII.